

# *O USO DA AUDIODESCRIÇÃO PELAS INSTITUIÇÕES FILIADAS À REDE REBECA<sup>1</sup>*

E-mail:  
[valquiria.jacob@ufpe.br](mailto:valquiria.jacob@ufpe.br)  
[majory.oliv@ufpe.br](mailto:majory.oliv@ufpe.br)

**Maria Valquíria Monteiro da Cruz Jacob, Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda<sup>2</sup>**

## *RESUMO*

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que transforma a informação não textual (contida em imagens, gráficos, vídeos etc.) em informação acessível para pessoas com deficiência visual. Este recurso facilita a realização das atividades diárias de pessoas cegas ou com baixa visão, cujos direitos são garantidos pelas leis de inclusão. O objetivo desse artigo é retratar alguns dos pontos importantes do uso da audiodescrição na produção de material adaptado e/ou serviços prestados à usuários com deficiência visual, atendidos pela Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA) nas Instituições de Ensino Superior do Brasil. Esta pesquisa se caracteriza como exploratória descriptiva, com análise bibliográfica e documental e uso de questionários para obtenção de dados. Os resultados mostraram a necessidade de diretrizes específicas para o uso da audiodescrição, bem como capacitação de pessoal, conscientização da comunidade acadêmica e busca de feedback de usuário. Concluímos que o uso desse recurso de acessibilidade garante a inclusão e o acesso informacional a uma gama de pessoas com impedimento de leitura textual (permanente ou não). Dentro do meio acadêmico, a audiodescrição é crucial para a permanência dos discentes com deficiência visual no Ensino Superior, possibilitando o acesso a informações advindas de elementos não textuais como imagens, tabelas e quadros não acessíveis.

**Palavras-chave:** Deficiência visual. Audiodescrição. Acessibilidade. Inclusão Social.

## *ABSTRACT*

Audio description is an accessibility resource that transforms non-textual information (contained in images, graphics, videos, etc.) into accessible information for people with visual impairments. This resource facilitates the performance of daily activities for blind or visually impaired people, whose rights are guaranteed by inclusion laws. The objective of this article is to portray some of the important points of the use of audio description in the production of adapted material and/or services provided to users with visual impairments, served by the Brazilian Network of Studies and Adapted Content (REBECA) in Higher Education Institutions in Brazil. This research is characterized as exploratory and descriptive, with bibliographic and documentary analysis and the use of questionnaires to obtain data. The results showed the need for specific guidelines for the use of audio description, as well as staff training, awareness-raising within the academic community, and the search for user feedback. We conclude that the use of this accessibility resource guarantees inclusion and informational access to a range of people with textual reading impairments (permanent or not). Within academia, audio description is crucial for the retention of visually impaired students in higher education, enabling access to information derived from non-textual elements such as inaccessible images, tables, and charts.

**Keywords:** Visual impairment. Audio description. Accessibility. Social inclusion.

<sup>1</sup> Este artigo é derivado da dissertação em andamento do Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob orientação da Profª. Drª. Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda, qualificada em: 27 de fevereiro de 2025.

<sup>2</sup> Professora Associada do Dept. de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais/Ciência da Informação (2010) na Universidade do Porto (FLUP), Portugal. Bacharel em Biblioteconomia (2004) na Universidade Federal de Pernambuco. Membro permanente do PPGCI. Desenvolve pesquisas nas áreas de Fundamentos e Epistemologia da Ciência da Informação; Humanidades Digitais com ênfase em memória, encontrabilidade, práticas e infodemia.

## *1 INTRODUÇÃO*

De acordo com relatório da *Web of Science Group* (2019) para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as instituições de ensino superior são as principais fontes de pesquisa no Brasil, sendo as 15 universidade com maior produção acadêmica públicas e responsáveis por 60% da produção científica brasileira. Porém, fazer parte desse nível acadêmico não é uma tarefa fácil nem igualitária para todos.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNADC), a população brasileira registrada com alguma deficiência foi estimada em cerca de 18,6 milhões de cidadãos. Dentre esses indivíduos, 3,1% estão dentro do grupo que possui dificuldade para enxergar (com uso de óculos ou lente de contato) (IBGE, 2022a).

Pensando no cumprimento das leis brasileiras de inclusão e na permanência e conclusão da vida acadêmica de alunos deficientes visuais, surge oficialmente em 2018 a Rede REBECA, uma iniciativa que vinha ganhando forma desde 2011, quando uma bibliotecária compartilhou suas inquietações sobre o acervo em formato acessível e o papel das bibliotecas produtoras em uma rede que facilitasse a troca desse material (Melo *et al.*, 2022).

A princípio, a Rede REBECA fornecia material adaptado exclusivamente para discentes cegos ou com baixa visão, em decorrência da Lei dos Direitos Autorais nº 9.610 (Brasil, 1998), porém atualmente atende pessoas com outros tipos de deficiência ao acessar o texto impresso devido à regulamentação do Tratado de Marraquexe através do Decreto nº 10.882 (Brasil, 2021). O material em questão segue uma série de diretrizes e podem ser disponibilizados em formatos diversos, como documento do Word, PDF ou em arquivos de áudio.

Dentre os vários recursos utilizados na adaptação de textos acadêmicos, destacamos o uso da audiodescrição (AD) como forma de traduzir em palavras a informação contida em elementos não textuais. Esse processo garante ao aluno o acesso irrestrito à informação contida em seu material de estudo, diminuindo a lacuna de aprendizagem entre o indivíduo com e sem deficiência.

Sobre esse recurso, consideramos a definição dada por Damaceno (2020), onde a AD é descrição de imagens estáticas ou dinâmicas, a partir de critérios técnicos. Quando utilizada em contextos audiovisuais, sua inclusão é feita entre os diálogos, respeitando pausas, efeitos, ruídos e trilhas e tem como objetivo beneficiar pessoas com outras deficiências além da cegueira e da baixa visão.

Segundo a mesma autora, um recurso semelhante a AD é a descrição de imagem, implementado mais comumente em redes sociais na descrição de fotos, gráficos, mapas, gifs, figurinhas e ilustrações (Damaceno, 2020). Um exemplo seria a descrição de imagem utilizada neste artigo, logo abaixo do quadro 1.

É de se esperar que o termo mais adequado para nos referirmos a esse recurso seja “descrição de imagem”, mas, como muitos dos textos adaptados são disponibilizados para os alunos no formato de áudio (MP3), optamos pelo uso do termo “audiodescrição” ao invés de “descrição de imagem”.

## *2 REVISÃO DE LITERATURA*

A Classificação Internacional de Doenças (CID), em sua versão mais atualizada, conceitua a deficiência visual como uma condição ocular que afeta o sistema visual em uma ou mais de suas funções vitais (WHO, 2022). Porém, a compreensão do que é deficiência deve considerar, além da perspectiva médica registrada no CID-11, os contextos físicos, sociais e políticos do indivíduo deficiente, fazendo a relação entre a desabilidade e o ambiente, favorecendo a inclusão e um mundo mais acessível (OPAS, 2025).

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) tem como finalidade assegurar a inclusão social e a cidadania, promovendo os direitos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência (PCD). Nesse mesmo documento, categoriza-se pessoa com deficiência como sendo aquela com impedimento congênito, adquirido ou temporário de longo prazo, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, ao interagir com uma ou mais barreiras, impeça este indivíduo de participar plena, efetiva e igualitariamente da sociedade (Brasil, 2015; CeweB, 2023).

Mas, apesar do que assegura a legislação brasileira em relação às PCD, dados coletados na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNADC) mostram uma disparidade grande entre essa parcela da população brasileira e as pessoas sem deficiência, a começar pelo nível de escolaridade (IBGE, 2022b).

As diferenças entre os níveis de escolaridade são evidentes desde o ensino fundamental (quadro 1), o que explica o baixo número de PCDs no ensino superior, evidenciando as dificuldades de ingresso nas universidades.

**Quadro 1.** Comparação entre escolaridade de pessoas com deficiência e sem deficiência de acordo com PNAD 2022

Nível de escolaridade	Pessoas com deficiência	Pessoas sem deficiência
Taxa de analfabetismo	19,5%	4,1%
Pessoas com 25 anos ou mais sem instrução ou com ensino fundamental incompleto	63,3%	29,9%
Pessoas com 25 anos ou mais com ensino fundamental completo ou médio incompleto	11,1%	12,8%
Ensino médio completo	25,6%	57,3%
Ensino superior completo	7%	20,9%

Fonte: Gomes, 2023.

Descrição: Quadro comparativo formado por três colunas e seis linhas, nas cores salmão e rosa claro. Na primeira coluna destaca-se o nível de escolaridade, na segunda coluna a porcentagem de pessoas com deficiência e na terceira coluna a porcentagem de pessoas sem deficiência [Fim da descrição].

Essa disparidade educacional reflete na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, ocasionando em baixos números de PCDs no meio profissional (26,6%, sendo 55% desse total em trabalhos informais) e rendimentos até 30% menor que os salários de pessoas sem deficiência (IBGE, 2022b).

Para além da educação básica deficitária e o ingresso no ensino superior, há também a problemática da permanência e conclusão dos cursos de graduação, que nem sempre estão preparados e/ou adaptados para os PCDs. Silva Junior (2013) relatou em sua tese alguns dos obstáculos na vida acadêmica do grupo de deficientes visuais que entrevistou: demora na entrega e/ou inexistência de material teórico acessível; falta de instrumentos tecnológicos de apoio; dificuldades socio financeiras; falta de preparo das instituições de ensino (barreiras físicas) e dos profissionais que nelas trabalham (docentes e servidores).

Pensando em formas de mitigar o quanto possível esses obstáculos, surge a iniciativa da Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA), cujo objetivo é fomentar o intercâmbio de materiais 100% adaptados entre as universidades participantes da rede. A partir da troca de experiências, técnicas e material produzido, a REBECA vem construindo um acervo

expressivo de textos acadêmicos acessíveis, que ajudam a garantir a permanência de deficientes visuais no ensino superior<sup>3</sup> (Dantas, 2018).

Atualmente, a REBECA é composta por 18 instituições de ensino superior federais ativas (UFRN, 2016), a saber:

- a) Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS);
- b) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);
- c) Universidade de Brasília (UnB);
- d) Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- e) Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
- f) Universidade Federal de Goiás (UFG);
- g) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- h) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- i) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- j) Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP);
- k) Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE);
- l) Universidade Federal do Ceará (UFC);
- m) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- n) Universidade Federal do Maranhão (UFMA);
- o) Universidade Federal do Pará (UFPA);
- p) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- q) Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE);
- r) Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Dentre os recursos utilizados para a adaptação do material acadêmico, faz-se o uso da audiodescrição (AD), método de tradução intersemiótica de imagens estáticas ou dinâmicas em palavras, que amplia as possibilidades de acesso à informação e à cultura, de forma a promover a inclusão social e escolar de pessoas com deficiências visuais (Franco; Silva, 2010; Conceição, 2021).

Esse recurso foi primeiramente utilizado em museus, teatros, shows, cinemas, transmissões televisivas e é atualmente, um fator condicionante para a aprovação de projetos com recursos públicos, conforme o Decreto nº5.296/2004, sendo exigido em salas de espetáculo, juntamente com meios eletrônicos que permitam a transmissão de subtítulo por meio de legenda oculta (Brasil, 2004).

Tendo trabalhado no LABC/UFPE no desenvolvendo e adaptação de materiais para uma versão de fato acessível, posso afirmar que sem o uso da AD, várias informações importantes seriam deixadas de fora do produto final a ser entregue aos discentes com deficiência visual (seja cegueira ou baixa visão). Assim sendo, sem a AD, o direito ao acesso informacional estaria sendo cerceado ou dificultado, forçando o aluno a buscar ajuda de terceiros para a leitura e interpretação da informação contida na imagem, lhe tirando a autonomia de estudo e sendo mais um obstáculo em sua graduação.

### *3 METODOLOGIA*

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), essa pesquisa se caracteriza como exploratória descritiva e tem como finalidade entender as diferenças e semelhanças dos diversos setores

<sup>3</sup> Apesar da adaptação de material acadêmico ter como público primário os deficientes visuais, pessoas com transtornos de espectro autista, de déficit de atenção e hiperatividade e até pessoas idosas que possuam alguma dificuldade de leitura podem se beneficiar desse material.

responsáveis pela adaptação do material acadêmico, compreendendo melhor o uso da AD como recurso de acessibilidade.

Para tanto, além do levantamento bibliográfico e documental para o embasamento teórico, fizemos uso de questionário realizado com o recurso do Google Forms, que foi enviado por e-mail para os setores responsáveis pela adaptação do material acadêmico das universidades cadastradas na REBECA.

O questionário original foi dividido em blocos de assuntos:

1º bloco: Políticas e Práticas de Audiodescrição: procuramos saber um pouco mais sobre a existência de políticas quanto ao uso da AD na produção do material adaptado; a quanto tempo o recurso era utilizado e quais os setores/departamentos eram responsáveis por essa implementação.

2º bloco: Equipe e Capacitação: as perguntas foram direcionadas a conhecer melhor a equipe responsável diretamente pela AD, possíveis treinamentos ou capacitações e a colaboração de outros profissionais ou entidades para a criação das descrições de imagem.

3º bloco: Processos e Recursos: questionamos o processo de seleção de imagens a serem audiodescritas: se todas passariam pelo processo ou apenas as que fossem demandadas pelo usuário, por exemplo. Buscamos entender também quais os maiores desafios enfrentados pela equipe de AD e quais TA e ferramentas são comumente utilizadas no processo de criação da descrição.

4º bloco: Impacto e Alcance: questionamos se a instituição já realizou uma pesquisa de feedback com os usuários, para saber seu grau de satisfação e qual o impacto desse recurso específico em suas vidas acadêmicas. Também questionamos sobre a existência de um repositório voltado para os usuários com deficiência visual das instituições, sobre a forma como esse material é disponibilizado e quem tem acesso a ele.

5º bloco: Planos futuros e Melhorias: questionamos sobre a existência de planos futuros de melhoria para o setor quanto a oferta desse recurso, a curto e longo prazo.

Os dados recebidos foram tabulados para melhor entendimento e análise. Apresentaremos aqui um trecho desses resultados, em que tratamos da existência ou não de diretrizes para a AD; existência ou não de equipe capacitada nos setores; impacto do recurso na vida acadêmica dos alunos (feedback de usuário) e dificuldades encontradas.

## 4 RESULTADOS

Obtivemos retorno de 17 das 18 instituições ativas da REBECA, sendo a não respondente o Laboratório de Acessibilidade (LAC) da UFAL. Observamos o recebimento de mais de uma resposta advinda da mesma instituição (UFC, UFMA, UFMG e UNIFESP – 2 respostas cada uma; UFES – 3 respostas), mas respondidas por pessoas diferentes na equipe, perfazendo um total de 22 respostas. Não sabemos informar se o fato ocorreu devido à falta de comunicação interna a respeito da pesquisa ou por outro motivo.

Dos 17 setores, apenas cinco informaram que seus possuem políticas para AD. Nove respondentes informaram que, apesar de não terem diretrizes específicas para a produção da AD, o recurso é utilizado. As três demais não estão fazendo uso do RA por falta de demanda dos usuários, por falta de equipe ou porque ainda estão em processo de aprendizagem sobre o assunto. Dentre os setores que possuem política de AD, destacamos a UFC, que possui o “Guia de audiodescrição de imagens” e a UFPE, que faz uso do “Manual do Laboratório”, além de seguir as diretrizes da NBR 16452/2016.

Quanto às pessoas responsáveis pela produção da AD, verificamos que ela é realizada pela mesma equipe que adapta o texto (UFG, UFMG, UFPE, UFSC, UnB), algumas com capacitação na área (UnB e UFSC) ou treinamento realizado pelos servidores mais antigos do

setor (UFPE e UFMG). Os respondentes da UFC, UFRN e UNIFESSPA possuem equipe treinada/capacitada, mas não nos deram maiores detalhes. A UFES nos enviou mais de uma resposta e por serem dicotônicas, não podemos afirmar se a equipe recebeu ou não treinamento/capacitação em AD.

Alguns setores possuem apenas uma pessoa encarregada pela AD: na UFBA é a bibliotecária; na UFMA, é uma pessoa do setor que busca se aprimorar no assunto por conta própria e UFAPE, o serviço é realizado por uma servidora terceirizada, que é encaminhada para capacitações quando possível.

Das respostas negativas quanto a existência de uma equipe específica de audiodescritores, temos UEPB, UFPA e UFRPE, o que indica que a AD seja realizada pela equipe de adaptadores.

A UNIFESP está capacitando duas bibliotecárias num treinamento ofertado pela UFC. Findada a capacitação, o setor tentará buscar apoio interno para a atividade. O IFRS não possui equipe pois não possui demanda do serviço.

As pessoas que descrevem as imagens na UFC, UFG, UFPE, UFSC, UFRN e UFBA o fazem com a colaboração de outros profissionais. Mais uma vez a resposta vinda da UFES foi dicotônica, o que sugere que um respondente trabalha em colaboração com outros profissionais enquanto o outro, não.

Em sua maioria, os setores que executam a AD o façam em todas as imagens presentes nos textos a serem adaptados. Porém, isso pode não ocorrer em algumas situações, como quando o responsável pela descrição não tem conhecimento suficiente para descrevê-la. Nesse caso, a orientação da UFPE é que a descrição seja feita pelo docente da disciplina a que o texto se refere, pois ele terá uma melhor compreensão do que a imagem pode transmitir em termos de informação.

Outro fator que pode influenciar na não descrição de todas as imagens é o tempo. O processo de adaptação para documentos acessíveis é influenciado por alguns fatores, como a qualidade e o tamanho do documento original. Esses fatores alteram o prazo de entrega do documento. Quando existem imagens a serem descritas, o prazo precisa ser estendido, devido à presença destes elementos, por muitas vezes complexos. Os respondentes da UFMG informam que alguns de seus usuários, a fim de receber o documento adaptado de forma mais rápida, pedem que as imagens não sejam descritas naquele momento. Nesse caso, o documento é sinalizado, indicando que a AD está pendente, até um momento considerado oportuno para ser solucionado.

Existe também a possibilidade de AD ser solicitada especificamente para um evento ou que o docente indique as imagens que são relevantes para o aprendizado do aluno, dispensando as demais imagens presentes no texto didático.

As dificuldades relatadas no questionário vão além do prazo de produção do material adaptado e da complexidade das imagens, advindas de várias áreas do conhecimento. Apesar de esses serem os obstáculos mais frequentemente citados, os respondentes mencionaram também:

- a) Falta de apoio dos docentes na construção de imagens mais complexas;
- b) Falta de capacitação e de cursos adequados e com carga horária satisfatória, o que torna o trabalho indefinido;
- c) Falta de profissional audiodescriptor, sendo o trabalho desenvolvido e revisado muitas vezes por pessoas que não tem o treinamento adequado;
- d) Escassez de recursos humanos;
- e) Rotatividade de bolsistas, o que exige treinamentos recorrentes e uma equipe constantemente nova;
- f) Demora de envio das imagens a serem descritas;

- g) Lentidão no processo de adaptação e;
- h) Baixa adesão institucional à importância da AD.

Sabendo do impacto que a AD teve desde seu surgimento, questionamos os setores responsáveis pela adaptação do material se algum tipo de pesquisa de feedback já havia sido feito nesse sentido. Infelizmente, poucas foram as instituições que realizaram essa pesquisa. Dentre as que realizaram tal pesquisa, UFBA, UFRN, UFSC e UNIFESSPA informaram que a avaliação foi satisfatória, aprimorando o aprendizado e a compreensão do conteúdo. O respondente da UnB relatou que a AD desenvolvida por eles precisa de ajustes e que todos os alunos, deficientes visuais ou não, se beneficiam com o recurso, principalmente em sala de aula, quando o professor descreve o que está sendo mostrado no quadro durante a aula.

## *5 DISCUSSÃO*

Ao enviar os questionários, para os setores responsáveis pela adaptação de material acadêmico das IES participantes da REBECA, tínhamos noção de que as respostas iriam variar显著mente, pois cada instituição tem realidades diferentes, que vão desde o número de alunos que fazem uso do serviço até o tempo de integração à Rede. Sendo assim, a falta de uniformidade era esperada.

A falta de diretrizes específicas para a produção padronizada da AD é um fato complicador quando pensamos que a ideia da REBECA é não apenas atender o público direto que atende, como também efetuar o intercâmbio de materiais. Buscar em uma das outras unidades da Rede é uma forma rápida e eficiente de prover ao aluno o material que necessita, sem o processo de espera da produção.

Entretanto, essa situação pode estar em vias de ser resolvida. Durante o processo de envio de questionários, nos foi oportunizado uma reunião com a equipe gestora da Rede REBECA, composta por representantes da UFC, UFRN e UnB. Nessa ocasião, nos foi informado que o manual da Rede REBECA, já em segunda edição, está em fase de finalização e que dele farão parte as diretrizes atualizadas para todos os serviços prestados pelos setores responsáveis pela adaptação de material acadêmico, incluindo a AD.

Com essa publicação, esperamos que as diferenças técnicas (já que as diferenças humanas permanecerão) sejam minimizadas, se não eliminadas, garantindo assim um material adequado a qualquer usuário de qualquer uma das instituições filiadas à Rede.

Em conjunto com o novo manual, consideramos o treinamento e/ou capacitação da equipe de adaptação como todo, um fator importante a ser considerado. Com toda a equipe treinada, a produção da AD pode ser realizada de forma mais ágil e autônoma, pois não haverá a necessidade de encaminhar o material para terceiros nem de esperar que o profissional responsável esteja disponível para audiodescrever o material. Nesse último caso, o cenário pode complicar-se ainda mais se houver a necessidade de buscar ajuda de um profissional especialista para a total compreensão da informação não textual.

Além das questões internas aos setores de produção de material adaptado, devemos considerar questões externas, como a falta de apoio dos docentes e servidores; a troca constante de alunos bolsistas; a demora no envio do material a ser adaptado e audiodescrito e a falta de adesão da própria instituição ao trabalho desenvolvido em prol dos alunos deficientes. Todos esses fatores acarretam na lentidão na adaptação dos textos.

Consideramos a conscientização institucional quanto a importância desse trabalho um agente crucial na permanência do PCD dentro do âmbito acadêmico. É preciso que as normas de funcionamento dos setores adaptadores sejam bem estabelecidas, com prazos e normas bem definidos, para que o trabalho seja efetuado com precisão e excelência.

Por fim, observamos também a falta de feedback de usuário, algo que consideramos de suma importância para o desenvolvimento e aprimoramento dos trabalhos dos setores de adaptação. A partir da opinião dos usuários, as diversas instituições envolvidas teriam experiências mais ricas e esclarecedoras para serem discutidas nos grupos de estudos e trabalho da REBECA, preparando melhor instituições que estão na fase inicial dos trabalhos.

## 6 CONCLUSÃO

A acessibilidade está em constante crescimento e adaptação, pois deve acompanhar as necessidades da sociedade. O uso de um recurso como a AD dentro do meio acadêmico é mais um passo rumo à inclusão de pessoas impossibilitadas (permanentemente ou não) ou com alguma dificuldade na leitura de textos e imagens impressas.

Nesse sentido, como afirma Melo *et al* (2022), o trabalho desenvolvido pela REBECA, através de seus grupos de trabalho, vem incentivando o compartilhamento de conhecimento e o diálogo entre os profissionais que trabalham diretamente com o atendimento aos deficientes visuais, o que permite o aperfeiçoamento dos processos e produtos desenvolvidos até o momento.

Porém, esse trabalho não é algo que possa ser feito de forma pontual. O aluno com deficiência visual está inserido em uma comunidade acadêmica, que deve se envolver no processo inclusivo de permanência deste indivíduo no ensino superior, a fim de garantir uma formação adequada e um futuro profissional promissor.

Para além de reforçar e garantir o cumprimento da legislação brasileira voltada às PCDs, a REBECA realiza um trabalho social, científico e informacional importante para a sociedade. Esperamos que haja mais divulgação sobre o importante trabalho realizado pela Rede REBECA, a fim de servir de exemplo e atrair a adesão de outras instituições de ensino superior, beneficiando cada vez mais indivíduos com deficiência no Brasil e no mundo.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70). Acesso em: 15 jan. 2026.

**BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm). Acesso em: 15 jan. 2026.

**BRASIL. Decreto N° 10.882, de 3 de dezembro de 2021.** Regulamenta o Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.882-de-3-de-dezembro-de-2021-364679801>. Acesso em: 15 jan. 2026.

**BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 15 jan. 2026.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE TECNOLOGIAS WEB (CEWEB). Comitê Gestor da Internet no Brasil (org.). **Guia de Boas Práticas para Acessibilidade Digital:** programa de cooperação entre reino unido e brasil em acesso digital. Programa de Cooperação entre Reino Unido e Brasil em Acesso Digital. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/miKa>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CONCEIÇÃO, Tamires Neves. **Informação audiodescritiva e a preservação digital:** uma análise do diálogo entre a ciência da informação e a audiodescrição. 2021. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/LRTO>. Acesso em: 3 fev. 2025.

DAMACENO, Suzeli. Saiba como e por que você deve sempre descrever imagens no digital. **YouTube**, 29 out. 2020. Duração: 24:59. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0rE0syYp6k&t=73s>. Acesso em: 15 jan. 2026.

DANTAS, Gabrielle Lima. Rede Brasileira de Estudos e Acervos Adaptados (REBECA): experiência de cooperação entre instituições de ensino superior para fomentar a oferta de material informacional acessível para pessoas com deficiência visual. In: SEMINARIO HISPANO-BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EN INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD, 7., 2018, Madrid; Murcia. **Anais [...]**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2018. p. 1-8. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/1018>. Acesso em: 15 jan. 2026.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. In: MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo. (orgs). **Audiodescrição:** transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. p. 23-42.

GOMES, Irene (ed.). **Pessoas com deficiência tem menor acesso à educação, ao trabalho e à renda.** 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/uwaK>. Acesso em: 15 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Brasília: IBGE, 2022a. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf). Acesso em: 15 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBGE). **Panorama:** deficiência. 2022a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=9>. Acesso em: 15 jan. 2026.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; FURTADO, Margareth Maciel Figueiredo Dias; MALHEIROS, Tania Milca de Carvalho; SOUSA, Clemilda dos Santos. Rede Brasileira de

Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA): desafios e perspectivas na colaboração do acesso à informação às pessoas com deficiência visual no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 254-265, 25 jun. 2022. Biblioteca Central da UNB. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/42463>. Acesso em: 15 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Deficiência**. 2025. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/deficiencia>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

SILVA JUNIOR, Bento Selau da. **Fatores associados à conclusão da educação superior por cegos: um estudo a partir de L.S. Vygotski**. 2013. 287 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/1684>. Acesso em: 15 jan. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). Repositório de Informação Acessível. **Rede REBECA**. 2016. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1451>. Acesso em: 15 jan. 2026.

WEB OF SCIENCE GROUP (comp.). **Research in Brazil**: funding excellence: analysis prepared on behalf of CAPES by the Web of Science Group. [São Paulo]: Clarivate Analytics, 2019. 42 p. Disponível em: [https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/09/ClarivateReport\\_2013-2018.pdf](https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/09/ClarivateReport_2013-2018.pdf). Acesso em: 15 jan. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (WHO). **ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics**. 2022. Disponível em: <https://icd.who.int/browse/2025-01/mms/pt#30317704>. Acesso em: 15 jan. 2026.